

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
Agência Goiana de Gás Canalizado S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. (“Goiasgás” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 13 de fevereiro de 2026.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	192	402	Fornecedores		11	10
Outros créditos		9	11	Obrigações sociais e trabalhistas	8	79	73
Total do ativo circulante		201	413	Tributos a recolher		27	26
Não circulante				Passivo de arrendamento	9	69	46
Realizável a longo prazo				Outras obrigações		1	1
Tributos a recuperar		15	24	Total do passivo circulante		187	156
Outros créditos		7	7	Não circulante			
Ativo de direito de uso	5	138	42	Passivo de arrendamento	9	69	-
Imobilizado	6	22	27	Total do passivo não circulante		69	-
Intangível	7	65	66	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		247	166	Capital social	10	10.710	9.802
				Reserva de capital		733	733
				Prejuízos acumulados		(11.251)	(10.112)
				Total do patrimônio líquido		192	423
				Total passivo e patrimônio líquido			
Total do ativo		448	579			448	579

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A.

Demonstração do resultado do período

Exercício findo em 31 de dezembro 2025

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	11	(1.150)	(908)
Outras despesas operacionais	11	(20)	-
		<u>(1.170)</u>	<u>(908)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(1.170)</u>	<u>(908)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	39	32
Despesas financeiras	12	(8)	(9)
Resultado financeiro líquido		<u>31</u>	<u>23</u>
Prejuízo do período		<u><u>(1.139)</u></u>	<u><u>(885)</u></u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo do período	(1.139)	(885)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	(1.139)	(885)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em milhares de Reais)

	Capital social			Reserva da capital	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Total				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.890	(20)	8.870	733	4	(9.227)	380
Aumento de capital	3.110	(3.110)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	932	932	-	(4)	-	928
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(885)	(885)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.000	(2.198)	9.802	733	-	(10.112)	423
Integralização de capital	-	908	908	-	-	-	908
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(1.139)	(1.139)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	12.000	(1.290)	10.710	733	-	(11.251)	192

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

AGÊNCIA GOIANA DE GÁS CANALIZADO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro 2025

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(1.139)	(885)
Ajustes de valores para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	54	59
Juros e variações monetárias, líquidas	6	7
	<u>(1.079)</u>	<u>(819)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	9	-
Outros créditos	2	(2)
Fornecedores	1	(1)
Obrigações sociais a recolher	6	29
Tributos a recolher	1	2
	<u>(1.060)</u>	<u>(791)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(7)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamento	(58)	(53)
Integralização de capital	908	928
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>850</u>	<u>875</u>
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa no período	<u><u>(210)</u></u>	<u><u>77</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	402	325
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	192	402
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa no período	<u><u>(210)</u></u>	<u><u>77</u></u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais – R\$)

1. IContexto operacional

A Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. - Goiasgás (“Companhia”) foi constituída em 24 de julho de 2001, com autorização da Lei Estadual nº 13.641, de 09 de junho de 2000, e tem por objeto social a exploração dos serviços de gás canalizado, entendendo-se como tal a distribuição e comercialização de gás natural e de outras origens, utilizando para a prestação desses serviços as vias terrestres e fluviais, além de outras atividades correlatas, necessárias para a distribuição do gás em todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima, petroquímica, fertilizante ou como oxirredutor siderúrgico, seja para geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A Companhia poderá também efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte, além de exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros, e participar do capital de outras sociedades, visando ao êxito na realização de suas atividades.

A Companhia tem a concessão para exploração, distribuição e comercialização de gás canalizado no estado de Goiás até 22 de janeiro de 2055, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

Para que a sua operação seja similar à de outras companhias distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Estado de Goiás por meio de um gasoduto de transporte de gás natural, por Gás Natural Liquefeito – GNL ou Gás Natural Comprimido – GNC. Até que o projeto seja concluído, os acionistas vêm provendo os recursos necessários para a manutenção da operação.

A Goiasgás está envidando todos os esforços possíveis para retomar as atividades de distribuição de gás natural canalizado para o Estado de Goiás. Os acionistas controladores garantem o suporte financeiro à Companhia até a retomada de suas operações.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, considerando a legislação societária vigente, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais – R\$)

A emissão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada, pela Diretoria Executiva da Companhia, em 13 de fevereiro de 2026.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de Balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O único ativo financeiro reconhecido pela Companhia é o caixa e equivalentes de caixa

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são as contas a pagar a fornecedores e a arrendadores.

c) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais – R\$)

d) Tributos

A Companhia está enquadrada no regime de tributação do 'Lucro Real'. Tendo em vista a apresentação de prejuízo nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia não reconheceu, nesses períodos, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social.

e) Intangível

Compreende, na sua grande maioria, o direito de uso da infraestrutura construída pela Companhia na condição de Concessionária (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC como NBC TG 04 (R4), assim como em observância à ICPC 01(R1) e à OCPC 05 - Contratos de Concessão.

Os direitos de concessão estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração da Companhia decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão, de acordo com o item 42 da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão.

f) Operações de arrendamentos

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia possui contrato de arrendamento do imóvel relativo à sala comercial onde está instalada a sua sede. Esse contrato atende ao escopo estabelecido pela NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que aprovou o CPC 06 (R2). Os efeitos do registro do ativo de direito de uso do imóvel e do passivo de arrendamento estão sendo apresentados nessas Demonstrações Contábeis.

g) Outros ativos e passivos circulantes ou não circulantes

Um ativo é reconhecido no Balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no Balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais – R\$)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

i) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do Balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são citadas a seguir:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; e
- Provisões para riscos processuais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras	191	401
Total	192	402

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais – R\$)

As aplicações financeiras têm seus rendimentos correspondido a aproximadamente 96% da variação dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI) e são classificadas pela Administração da Companhia como caixa e equivalentes de caixa, por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Ativo de direito de uso

O contrato elegível pela Companhia para adoção da NBC TG 06 (R3) refere-se ao aluguel do imóvel onde funciona a sede administrativa da Companhia. Para esse contrato de arrendamento, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso pelo passivo de arrendamento, conforme segue:

Descrição	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixa	Saldos em 31/12/2025
Direito de uso de imóveis	251	144	(251)	144
(-) Amortização	(209)	(48)	251	(6)
Total líquido	42	96	-	138

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais – R\$)

6. Imobilizado

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixa	Saldos em 31/12/2025
Custo					
Móveis e utensílios	10%	15	-	-	15
Máquinas e equipamentos	10%	19	-	-	19
Computadores	20%	27	-	-	27
Total do custo		61			61
Depreciação acumulada		(34)	(5)	-	(39)
Total do imobilizado		27	(5)	-	22

7. Intangível

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Descrição	Taxa anual de amortização	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2025
Custo					
Concessão	7,29%	87	-	-	87
Desenvolvimento de projetos		23	-	-	23
Total do custo		110	-	-	110
Amortização acumulada		(44)	(1)	-	(45)
Total do intangível		66	(1)	-	65

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais – R\$)

O Contrato de Concessão para Exploração dos Serviços Públicos de Gás Combustível Canalizado, celebrado em 12 de setembro de 2001, entre o Estado de Goiás (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária), regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado pela Companhia, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização;
- O preço é regulado por meio de mecanismo de tarifa estabelecido no Contrato de Concessão com base em fórmulas paramétricas, bem como são definidas as modalidades de revisões tarifárias, que devem ser suficientes para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão de Distribuição de Gás Canalizado da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos aos seus operadores, com o objetivo de refletir o negócio de distribuição de gás canalizado, abrangendo o ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, nesse caso, do consumo de gás canalizado pelos consumidores.

A infraestrutura construída da atividade de distribuição de gás natural é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores (mediante o faturamento da venda do gás) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com o contrato de concessão vigente, essa indenização será efetuada com base no saldo dos bens não depreciados ao término do prazo da concessão.

8. Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2025	2024
Provisão de férias	58	54
INSS sobre férias	16	14
FGTS sobre férias	5	4
Total	79	72

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais - R\$)

9. Passivo de arrendamento

A Companhia possui um contrato com prazo de dois anos, iniciado em 16 de outubro de 2025, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelo índice IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou qualquer índice que vier a substituí-lo. Não existem restrições ou cláusulas que dependam dos resultados ou distribuição de dividendos pela Companhia.

O contrato foi considerado, no julgamento da Companhia, como arrendamento, pois transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O valor presente do contrato foi calculado por taxas equivalentes à do custo de captação de empréstimos e financiamentos para obtenção de imóveis junto a instituições financeiras.

O vencimento dos pagamentos do aluguel mínimo dos arrendamentos está descrito a seguir:

	2025	2024
Circulante		
12 meses	69	46
Não circulante		
12 meses	69	-
Saldos em 31 de dezembro	138	46

A movimentação do passivo de arrendamento está assim representada:

	2025	2024
Saldos iniciais	46	92
Adições	144	-
Juros	6	7
Pagamentos	(58)	(53)
Saldos em 31 de dezembro	138	46
Passivo circulante	69	46
Passivo não circulante	69	-

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social subscrito da Companhia é de R\$ 12.000 (2024: R\$ 12.000).

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais – R\$)

Em 2025, os acionistas integralizaram o montante de R\$ 908 por meio de transferências bancárias para à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social integralizado da Companhia é de R\$ 10.710, dividido em 10.710 ações ordinárias e preferenciais no valor unitário de R\$ 1,00 cada, pertencentes aos acionistas Governo do Estado de Goiás, Termogás S.A., Companhia Sulamericana de Montagens S.A., Goiás Construção e Comércio Ltda., GAE Construções Ltda., Sobrado Construções Ltda. e GOIARTE - Goiás Artefatos de Cimentos Ltda.

Cada ação ordinária terá o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- Prioridade de recebimento do dividendo mínimo obrigatório, cumulativo, de 75% do lucro líquido ajustado, bem como na distribuição de dividendo mínimo de 4%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendos, quando superiores ao percentual mínimo assegurado;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia;
- Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes;
- Em caso de liquidação da Companhia, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à Rubrica “Capital Social”.

b) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que, sobre o lucro apurado no fim de cada exercício social, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do Capital Social.

A Companhia, enquanto em operação, distribuirá como dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício social, 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei. A assembleia geral de acionistas estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais - R\$)

11. Despesas por natureza e função

	2025	2024
Despesas por natureza		
Depreciação e amortização	(6)	(11)
Amortização do direito de uso	(55)	(47)
Prestação de serviços profissionais	(220)	(179)
Despesas com pessoal	(699)	(570)
Condomínio	(10)	(9)
Telefone e energia elétrica	(9)	(9)
Despesas com viagens	(5)	(11)
Outras	(166)	(72)
Total	(1.170)	(908)

	2025	2024
Despesas por função		
Despesas gerais e administrativas	(1.150)	(908)
Outras despesas operacionais	(20)	-
Total	(1.170)	(908)

12. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	35	30
Atualização de créditos tributários	1	2
Outras	3	-
	39	32
Despesas financeiras		
Comissão e despesas bancárias	(2)	(2)
Juros sobre arrendamentos - AVP	(6)	(7)
	(8)	(9)
Resultado financeiro líquido	31	23

13. Provisão para riscos processuais

A Companhia não possui ações judiciais passivas cuja avaliação da expectativa de perda seja 'provável' ou 'possível'. Assim, nenhuma provisão foi constituída ou divulgada.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais – R\$)

14. Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado. Os principais fatores de riscos financeiros, e as estratégias a serem adotadas a cada circunstância, que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Gestão do risco da taxa de juros

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

15. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas instalações e os bens relacionados, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais - R\$)

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

Finalidade do seguro	R\$ - Importância segurada
Incêndio	400
Danos elétricos	30
Despesas fixas	40
Responsabilidade civil - operações	50
Roubo de bens	30